

OUROBOROS DA SOCIOLOGIA: INDIVÍDUO, SOCIEDADE E A CIRCULARIDADE RELACIONAL DA TEORIA SOCIOLÓGICA¹



<https://doi.org/10.22533/at.ed.477112501044>

Data de aceite: 09/07/2025

Maylle Alves Benício

Doutora em Sociologia
Universidade Federal da Paraíba- UFPB

RESUMO: Este artigo analisa a persistente tensão entre as categorias analíticas de indivíduo e sociedade presentes no âmbito da sociologia. A partir de uma revisão crítico-histórica de paradigmas clássicos e contemporâneos, discute-se a recorrência de abordagens dicotômicas e a emergência de alternativas teóricas baseadas na relacionalidade. Como figura heurística, propõe-se a metáfora do ouroboros – elaborada no contexto desta análise – para representar a circularidade constitutiva da sociologia, em que o indivíduo e a sociedade se coimplicam mutuamente, revelando os limites das perspectivas unilaterais. A análise argumenta que a superação da dicotomia indivíduo-sociedade requer uma perspectiva teórica que integre ação e estrutura em um campo, de fato, relacional. O artigo evidencia, por fim, os deslocamentos epistemológicos que possibilitaram a revalorização do indivíduo como unidade analítica legítima, sem

incorrer em reducionismos metodológicos. Nesta direção, desvelam-se as atuais abordagens denominadas como sociologias do indivíduo, atentas à estrutura e à pluralidade das experiências, bem como à complexidade das subjetividades que compõem a vida social contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: indivíduo e sociedade; teoria sociológica; ouroboros sociológico; sociologias do indivíduo.

OUROBOROS OF SOCIOLOGY: INDIVIDUAL, SOCIETY, AND THE RELATIONAL CIRCULARITY OF SOCIOLOGICAL THEORY

ABSTRACT: This article examines the persistent tension between the analytical categories of individual and society within the field of sociology. Through a critical-historical review of classical and contemporary paradigms, it discusses the recurrence of dichotomous approaches and the emergence of theoretical alternatives based on relationality. As a heuristic figure, the metaphor of the ouroboros—developed within the context of this analysis—is proposed to represent the constitutive

¹ Este capítulo retoma, na íntegra, artigo previamente publicado em periódico científico, com a devida autorização da autora.

circularity of sociology, in which individual and society are mutually implicated, revealing the limitations of unilateral perspectives. The analysis argues that overcoming the individual-society dichotomy requires a theoretical perspective that integrates action and structure within a truly relational framework. Finally, the article highlights the epistemological shifts that have enabled the revaluation of the individual as a legitimate analytical unit without falling into methodological reductionism. In this direction, it unveils current approaches referred to as sociologies of the individual, which are attentive to structure, the plurality of experiences, and the complexity of subjectivities that shape contemporary social life.

KEYWORDS: individual and society; sociological theory; sociological ouroboros; sociologies of the individual.

INTRODUÇÃO

A relação entre indivíduo e sociedade constitui um dos fundamentos mais persistentes e controversos da teoria sociológica desde sua origem. O esforço para compreender como os sujeitos se constituem enquanto agentes sociais, simultaneamente produtores e produtos do meio em que estão inseridos, perpassa a construção dos principais paradigmas que balizam a disciplina. Esta dicotomia – por vezes pensada como oposição, por outras como complementaridade – revela um traço marcante do pensamento ocidental moderno, marcado por polarizações conceituais. Desde a fundação da sociologia como ciência, a escolha de um dos polos da equação indivíduo-sociedade implicou consequências epistemológicas, ontológicas e metodológicas profundas.

O predomínio de perspectivas que privilegiaram o social em detrimento do individual consolidou uma tradição que, embora tenha contribuído para a autonomia do campo sociológico, também acabou por relegar a agência dos sujeitos a um segundo plano. Nesse cenário, a crítica à dicotomia tornou-se uma tarefa fundamental para as teorias contemporâneas, que buscaram escapar de reducionismos e abrir espaço para interpretações mais complexas das práticas sociais. A tensão não se resume a um embate entre macro e microescalas, mas remete à própria possibilidade de articular coerentemente estrutura e ação, reprodução e mudança, regularidade e criatividade.

Este artigo propõe um percurso analítico por esse debate clássico, revendo autores e teorias que buscaram delimitar os contornos dessa relação e propor sínteses possíveis. A metáfora do ouroboros, a serpente que engole a própria cauda, é mobilizada para expressar a circularidade constitutiva da sociologia, bem como a ineficácia de abordagens unilaterais. A crítica à dicotomia sujeito-estrutura, frequentemente reduzida a disputas teóricas metaparadigmáticas, é aqui pensada como chave para se compreender a emergência de abordagens relacionais. Ao final, argumenta-se que essas reformulações analíticas abriram caminho para novas sociologias do indivíduo, cujos desdobramentos exigem olhares mais ajustados à complexidade das práticas sociais contemporâneas.

Indivíduo e sociedade: o ouroboros da sociologia

A dinâmica polarizada entre pares conceituais de variadas naturezas revela-se, em algumas situações, apenas de modo aparente. Nestes casos, os “polos” são capazes de manter entre si uma ampla relação de proximidade. Em analogia ao símbolo mítico da serpente que engole a própria cauda, o elo entre indivíduo e sociedade – conceitos que remetem a uma pressuposta oposição – constitui o que estamos chamando de: o ouroboros da sociologia.

Como extremos que se interpenetram, em forma de uma “determinação circular” (DUPUY, 1988, p. 82), o espaço real reservado a cada um desses termos analíticos apresenta traços muito pouco (ou nada) definidos, reverberando em um questionamento ontológico que se eterniza na sociologia: em que ponto encerra-se o indivíduo e há início a sociedade? Nesta direção, Paul Válerly (1973, p. 225), aficionado no simbolismo da serpente e suas voltas em torno de si, pode ter sugerido, despretensiosamente, pistas sobre a circularidade desta questão quando deixou registrado em um dos seus Cahiers: “Eu contenho o que me contém, eu sou sucessivamente continente e conteúdo”.

Todavia, a obstinada “oposição ritual”, nas palavras de Corcuff (2001, p.20), que se perpetua na sociologia, desde o seu alvorecer, em torno de conceitos binários como estrutura e agência, macro e microsociologia, coletivo e individual etc. reflete uma herança filosófica permeada por clássicas antinomias, de onde remonta suas origens. Conceitos basilares na filosofia referentes a objetivismo/subjetivismo, essência/aparência, forma/conteúdo – por meio dos quais ramificam-se outras categorizações – repercutiram em interpretações diversas e, não raras vezes, constituídas em uma empobrecida visão dicotômica e não relacional do mundo social.

Na esteira da sociologia, a oposição entre indivíduo e sociedade enquanto categorias de análise foi de importância estratégica para a delimitação de fronteiras em seu processo formativo de ciência autônoma. Convém lembrar que embora o surgimento de uma nova ciência batizada de Sociologia já houvesse sido conclamada por Auguste Comte no decorrer do seu Curso de Filosofia Positiva – escrito em seis volumes, de 1830 a 1842 – e outros empreendimentos já suscitassem o surgimento de uma “ciência social”, sua autonomização completa como disciplina universitária apenas é considerada consolidada em torno de 1880 - 1900, na França, viabilizada em razão de uma confluência de fatores sociais, políticos e culturais presentes à época (MUCCHIELLI, 2001).

Com efeito, nas décadas precedentes à sua institucionalização, o estudo científico das condutas humanas, como é sabido, costumava ficar à cargo, por exemplo, da filosofia ou das ciências biomédicas, as últimas analisavam os fenômenos mediante a universalidade neurobiológica e psicológica dos indivíduos (MUCCHIELLI, 2001). Durkheim, assumindo o compromisso de dar corpo à nascente disciplina sociológica, somou esforços para delimitar um objeto de estudo diferenciado, que rompesse metodológica e epistemologicamente com

as abordagens já existentes. Interessado pelas variações sociais do comportamento e do pensamento do *homo sociologicus*, sugere, então, que as várias maneiras de pensar, sentir e agir dos indivíduos seriam derivadas de algo exterior e dotado de poder de coerção sobre estes: o fato social.

Desse modo, implementando a tônica de explicar “o social pelo social”, Durkheim caracteriza-se como precursor e incentivador do distanciamento das realidades individuais, no âmbito da investigação sociológica (LAHIRE, 2006). Em “As regras do método sociológico”, essa noção está claramente posta: “a causa determinante de um fato social deve ser procurada entre os fatos sociais antecedentes e não entre os estados de consciência individual” (DURKHEIM, 1983, p. 142). Isso porque, sob sua ótica, a “consciência coletiva” revela um sistema *sui generis* com vida própria, que independe dos indivíduos que o compõem, ultrapassando-os temporal e espacialmente.

Essa consideração da sociologia durkheimiana decorre, segundo Lahire (2006), da urgência em ser criado um ser psíquico distinto do individual, ao passo que personificar o coletivo seria a melhor maneira de desconsiderar os indivíduos enquanto produtos sociais. À essa perspectiva, Lahire interpela um questionamento de cunho empírico: como ter acesso à inteligência dos fatos coletivos sem passar pelos “estados coletivos refletidos”, que são os traços de comportamentos individuais?

Não restam dúvidas de que esse é um questionamento caro à sociologia de Durkheim e que, possivelmente, esteve presente em suas reflexões. Contudo, àquela altura, seria um desafio a ser contornado por ele, ao menos teoricamente, em vista de não perder a coerência lógica de sua argumentação em defesa de seu método proposto. Isso não implica que aspectos da dimensão individual não possam ser encontrados na obra de Durkheim, extrapolando, em alguns casos, as fronteiras disciplinares que ele mesmo havia imposto e, por outro lado, contribuindo para interpretações de autores que vislumbram um caráter menos holista de seus escritos, a exemplo de Martuccelli & Singly (2012) e Lacroix (1990).

Influenciado talvez por suas raízes judaicas e mormente pelo conceito de “religião da humanidade” elaborado por Auguste Comte (2005), Durkheim apresenta, conforme afirma Pradés (2009, p.158), sua “obra de maturidade”: “As formas elementares da vida religiosa”. Ela é um formidável exemplo da tenacidade de Durkheim em manter-se consonante à sua missão metodológica. Nessa desafiadora jornada intelectual, em perseguir o que haveria de mais eminentemente coletivo na religião, ele tenta desviar-se dos elementos subjetivos que lhe aparecem no decorrer do caminho.

Indicada por uma série de signos exteriores – representações e atitudes rituais comuns às variadas denominações – e desempenhando por toda parte as mesmas funções: é assim que Durkheim percebe a religião e a possibilidade de investigá-la enquanto uma “coisa”, seguindo as regras do seu método científico (DURKHEIM, 2003). Pressupondo, desde início, o fenômeno religioso como uma categoria correspondente a condições

próprias da existência humana e do ser coletivo, o autor avança ao trazer para o domínio da sociologia uma temática até então restrita aos debates filosóficos.

É fato que no decorrer da sua exposição, Durkheim demonstra o seu reconhecimento quanto ao valor subjetivo das crenças e dos ritos, a exemplo de quando evoca as emoções relacionadas à questão do luto e os rituais a ele associados, conforme Martuccelli (2007), ou mesmo quando alerta sobre o sentimento legítimo, próprio do crente, em relação à religião. Entretanto, o que subjaz a seu argumento é a noção de uma dualidade intrínseca à natureza dos indivíduos: entre uma dimensão espiritual e a dimensão temporal, entre uma consciência puramente individual enlaçada em raízes biológicas e outra consciência estritamente social, sendo que a primeira seria o objeto da psicologia e a segunda pertencente ao primado da sociologia.

Nestes moldes, Durkheim reitera a cisão ontológica entre indivíduo e sociedade, situando o direcionamento da análise social para o externo, para o coletivo, advertidamente: “para saber de que são feitas essas concepções que não foram criadas por nós mesmos, não poderia ser suficiente interrogar nossa consciência, é para fora de nós que devemos olhar” (DURKHEIM, 2003, p. 27).

É importante ter em mente que o legado deixado por Durkheim não constitui uma obra linear, homogênea e passível de uma única e inequívoca interpretação (CORCUFF, 2001). De diversas ordens são as suas contribuições e influências que incidem sobre o saber e o fazer sociológico até os dias de hoje. Apesar de sua perspectiva funcionalista ter caído em desuso com o passar do tempo, a dicotomia entre indivíduo e sociedade fortaleceu-se ainda mais devido à consolidação de construções teóricas unilaterais focalizadas em macro ou micro teorizações.

Segundo alertam Sell e Paula (2016, p. 10), a dicotomia macro vs. micro, por princípio, significa mais um esquema metateórico, relativo a unidades de análise (o micro remetendo “a indivíduo, sujeito, ação, prática social, habitus, agência, actância, interação, relação, mundo da vida, sistema psíquico etc.; e o nível macro referendando sociedade, estrutura, instituição, organização, sistema social, ordem social etc.”) que ao peso conferido a cada elemento na relação entre esses níveis. Uma e outra abordagem sociológica não são, isso é claro, mutuamente excludentes. Os conteúdos, todavia, dos paradigmas sociológicos é que se diferenciam por conferir a essas unidades ou níveis de análise, maior ou menor peso explicativo para a ocorrência dos fenômenos sociais.

Vale lembrar que a posição coletivista, ou o holismo metodológico, pressupõe que os padrões sociais são a base necessária para que os atos individuais aconteçam. A sociedade é tida como precedente ao indivíduo, de maneira que ao nascer ele seria “empurrado” a uma estrutura preexistente. Nesse contexto, a ordem social localiza-se, na vida adulta, tanto fora quanto dentro dos atores, que são vistos – em alguma medida – como produtos da história, não havendo espaço para a liberdade enquanto vontade (ALEXANDER, 1987).

Deslocando, mas não solucionando o problema, conforme escreve Corcuff (2001), o individualismo metodológico encara o coletivo como simples resultado das atividades dos atores individuais, mediante processos de agregação e composição. Alexander (1987) complementa, afirmando que, com grande frequência, as teorias individualistas reconhecem as estruturas extraindividuais, bem como os padrões inteligíveis que se organizam na sociedade. Entretanto, compreendem que tais padrões são, em última análise, o resultado de negociações individuais. A ordem, por sua vez, também é passível de ter seus fundamentos alterados devido à ação dos indivíduos – estes não necessariamente a carregam dentro de si.

Observa-se, pois, que o indivíduo pode obedecer ou rebelar-se contra a ordem social em consonância com seus desejos individuais.

Em vista das unidades de análise que estão sendo tratadas serem circularmente próximas, a recapitulação sumarizada acima serve para explicitar o quão fácil é derrapar de uma análise puramente objetivista para outra excessivamente subjetivista, persistindo no erro de um radicalismo que deixa lacunas e contradições pelo caminho. Parece muito rudimentar buscar as determinações do comportamento humano, individual e coletivo, em explicações unilaterais. Mas, é imprescindível a consciência de que a evolução científica tende a ocorrer de maneira lenta e gradual. O percurso oscilante da sociologia entre as explicações que conferem valores muito diferentes entre a agência dos indivíduos e a estrutura formam a ponte dialética necessária para o surgimento de um movimento de síntese.

Peters (2016, p.163) pondera que igualmente como acontece em outros domínios da ciência social, a forma mais proveitosa de trabalhar e interpretar “a tensa relação entre a generalidade do humano e a particularidade dos humanos parece ser a tentativa de pensá-las simultaneamente, em vez de absolutizar um dos polos à custa do outro”.

É pertinente mencionar que alguns autores clássicos já haviam chegado à essa conclusão, ainda no período fundante da sociologia. Sell e Paula (2016) citam alguns intérpretes, como é o caso de Caillé (2007) e de Vandenberghe (2001), que localizaram respectivamente nas obras de Marcel Mauss e de Georg Simmel, elementos que evidenciam uma síntese entre a importância das dimensões macro-micro, destoando epistemologicamente das teorias vigentes à época. Todavia não pertença ao grupo dos clássicos, acrescento à lista Norbert Elias e sua sociologia configuracional e processual.

Ainda assim, foi somente nas décadas de 1970/1980 que o tipo de análise relacional tornou-se tendência, adquirindo visibilidade e caracterizando o que ficou consagrado nos termos de Alexander (1987), como o “novo movimento teórico”. É a partir de autores como Giddens e Bourdieu que se enuncia deliberadamente a proposta de uma sociologia de maior equidade no equilíbrio de forças entre ação e estrutura. O reconhecimento do processo de coconstrução da realidade entre as partes e o todo, possibilitou a ênfase na percepção de que “as próprias motivações e capacidades que os atores investem cronicamente nas

condutas que produzem e reproduzem o mundo social carregam necessariamente as marcas de sua socialização prévia nas estruturas desse mesmo mundo” (PETERS, 2016, p.166).

As abordagens revisionistas demonstram, portanto, terem vislumbrado com maior clareza o contorno circular que revela a imagem do ouroboros sociológico. Não apenas se deram conta da imagem, mas trouxeram luminosidade a tal contorno, como um aviso aos incautos de que não é proveitoso tomar por reta o que, por natureza, é circular. Em outros termos, evidenciaram que o todo englobante e as partes singulares deste retroalimentam-se constantemente em um movimento contínuo de interação, e não de maneira linear, como em um percurso entre extremos opostos.

Outra questão que merece destaque na problemática sociológica em discussão é a amplitude epistemológico-conceitual da área. Longe de haver consensos universais, as teorias avançam, por vezes desordenadamente, em múltiplas direções. Desse modo, as formulações multiparadigmáticas abarcam não somente nomenclaturas diversas, mas inclusive formas divergentes de avaliar e conceber a natureza do problema e, conseqüentemente, de propor soluções (SELL; PAULA, 2016). Isto viabiliza que mesmo teorias entronizadas como de caráter relacional, paradoxalmente preservem ou alarguem ainda mais a distância entre indivíduo e sociedade enquanto categorias de análise, como é o caso da teoria luhmanniana.

Influenciado por Parsons, – que por sua vez retoma a noção de “sistema” designada por Pareto – Luhman apresenta sua perspectiva da teoria dos sistemas (DOMINGUES, 2001). Tendo suas assertivas passado por algumas modificações ao longo do tempo, a elaboração final da sua teoria resulta na concepção de sistemas fechados e autorreferentes, em que os indivíduos – denominados de sistemas psíquicos autopoieticos – orbitam ao redor do sistema social, e não dentro dele ou compondo sua fibra de sustentação.

Inúmeras são as críticas infligidas ao pensamento de Luhman. Dockendorff (2013) as reconhece, mas, como contraponto, argumenta que há relevantes vantagens teóricas na linha de raciocínio por ele traçada. Segundo ela, essa é uma possibilidade de fazer uso de conceitos de maior amplitude para compreender e permitir a independência de cada sistema, com isso conferindo-lhes igual valor. Assim, estaria garantida uma noção clara de autonomia aos indivíduos, possibilitando uma observação mais acurada de sua complexidade e de seu vínculo com o sistema social, por meio de processos comunicativos. Archer (2000) segue um posicionamento semelhante quando se refere à inseparabilidade entre as partes e as pessoas como um erro de “conflação central”, alegando que ao extinguir as diferenças entre agência e estrutura, o resultado seria a impossibilidade de analisar a relação entre elas.

Torna-se patente como ao longo do século XX, e deste início de século, as diversas abordagens sociológicas congregaram uma série de aprimoramentos teóricos que não se ausentam de várias fragmentações e circunvoluções. A “díade indivíduo-sociedade” e os

debates que dela advêm simbolizam um patrimônio permanente da sociologia. Constituindo, dessa forma, uma questão indissociável desta ciência, que embora não a esgote, funda “a possibilidade mesma do discurso sociológico” (SELL; PAULA, 2016, p.7).

Ao carregarem a compreensão de um necessário equilíbrio na concessão de poder causal tanto à estrutura quanto à agência, as teorias sociológicas atuais têm instrumentalizado novas chaves analíticas. Beneficiando-se deste ganho, as contemporâneas sociologias do indivíduo surgem trazendo um novo olhar lançado sobre os atores sociais.

No âmbito das sociologias que têm por base a análise do indivíduo, Bernard Lahire (Cf. 2002, 2006, 2012, 2017) destaca-se como um dos seus expoentes. A sua sociologia em escala individual segue a senda das abordagens relacionais. Propondo-se a investigar a “fabricação social dos indivíduos” (LAHIRE, 2017, p. 233), dedica-se a evidenciar no interior dos seres sociais a própria sociedade. Encarando-os como multideterminados pelas diversas experiências socializadoras que carregam consigo, e não como meros representantes/personagens de dado grupo ou categoria que se pretende estudar, explicita a pluralidade intrínseca aos indivíduos. Recusa-se, portanto, a enxergá-los a partir de uma noção homogeneizadora e caricata.

Ao recorrer à sua metodologia de pesquisa, os retratos sociológicos, construídos a partir de estudos de caso aprofundados, lança luz sobre as dobras mais recônditas no interior dos hábitos, condutas e pensamentos dos agentes, contribuindo para a desconstrução de equivocadas certezas. Ao verificar as lógicas de interação com o mundo social que propiciam as práticas das pessoas, supera explicações monocausais e concede valor tanto ao repertório disposicional dos seres sociais quanto ao aspecto contextual que impulsionam suas ações.

A sensibilidade sociológica do olhar voltado para o indivíduo, da forma como Lahire apresenta, caracteriza uma nova tendência dentro da sociologia, a qual Martuccelli (2007b) enxerga como uma “mudança de rumo”. Ao lado de Lahire, autores como Margaret Archer (2000, 2003), Anthony Elliott (2010), François Dubet (2013), Jean-Claude Kaufmann (2003) e o próprio Danilo Martuccelli (2007, 2007b, 2012) têm trazido contribuições a um compêndio de teorias que passaram a ser reconhecidas como “as sociologias do indivíduo”.

Trata-se não de um movimento voltado à reivindicação do reconhecimento da agência individual — uma disputa já amplamente debatida e consolidada no âmbito da disciplina sociológica. Em contraste com o individualismo metodológico, ao se afastar de uma concepção atomizada dos sujeitos sociais, a proposta em questão busca recentrar o indivíduo em sua totalidade — considerando suas dimensões inter e intraindividuais — como fundamento constitutivo da realidade social e, por conseguinte, como objeto legítimo de análise sociológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar criticamente a tensão entre indivíduo e sociedade, este artigo buscou evidenciar como a teoria sociológica, ao longo de sua história, alternou entre momentos de rigidez dicotômica e tentativas de síntese integradora. A metáfora do ouroboros mostrou-se particularmente fecunda para representar a circularidade e a interdependência constitutiva entre indivíduo e estrutura. A constatação de que abordagens unilaterais são insuficientes para dar conta da complexidade do mundo social nos leva à valorização das perspectivas relacionais, processuais e configuracionais, que se esforçam por captar a multiplicidade de interações e condicionamentos recíprocos que conformam a vida social.

É nesse contexto que se abrem possibilidades teóricas e metodológicas para uma reconfiguração da própria prática sociológica. Ao recusar reducionismos, a sociologia contemporânea é convidada a enfrentar o desafio de pensar sujeitos plurais em contextos múltiplos, abrindo-se para análises em escalas mais refinadas, sensíveis às variações individuais e às tramas relacionais que constituem a experiência social. A revalorização do indivíduo como unidade de análise não representa um retorno ao individualismo metodológico, mas sim uma tentativa de complexificar a compreensão do social a partir de suas manifestações mais cotidianas e singulares.

Dessa forma, a sociologia que se desenha a partir das críticas aqui discutidas não abandona a dimensão estrutural da realidade, mas a reinscreve em um horizonte mais dinâmico, flexível e atento à diversidade. Trata-se de uma sociologia que dialoga com o mundo vivido, sem perder o rigor analítico e o compromisso crítico que caracterizam sua vocação desde o nascimento.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.4, n. 2, 1987.

ARCHER, M. Being Human: The problem of agency. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ARCHER, M. Structure, agency and the internal conversation. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAILLÉ, A. A razão das ciências sociais. Petrópolis: Vozes, 2007.

CORCUFF, P. As novas sociologias: introdução às sociologias relacionais. Bauru: EDUSC, 2001.

DOCKENDORFF, C. Antihumanismo o autonomía del individuo ante las estructuras sociales. In: Cinta Moebio, n. 48, 2013.

DOMINGUES, J. M. Sociologia e modernidade: para uma teoria crítica da sociedade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- DUBET, F.; COUSIN, O.; MACÉ, E.; RUI, S. Pourquoi moi? L'expérience des discriminations. Seuil, 2013.
- DUPUY, J. P. L'individu liberal, cet inconnu: d' Adam Smith à Friedrich Hayek. In: AUDARD, C. et al. Individu et justice sociale. Paris: Le Seuil, 1988.
- DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELLIOTT, A.; Lemert, P. The new individualism. London: Routledge, 2010.
- KAUFMANN, Jean-Claude. Ego: para uma sociologia do indivíduo. Tradução de Ana Rabaça. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2003.
- LACROIX, B. Sociologie politique. Paris: Montchrestien, 1990.
- LAHIRE, Bernard. A cultura dos indivíduos. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAHIRE, B. Entrevista com Bernard Lahire por JUNQUEIRA, L. In: Dossiê Bernard Lahire. Belo horizonte: Editora UFMG, 2017.
- LAHIRE, Bernard. Homem Plural: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales. Paris: Editions du Seuil, 2012.
- MARTUCELLI, D. Cambio de Rumbo: la sociedade a escala del individuo. Santiago: LOM Ediciones; 2007b.
- MARTUCELLI, D. La société singularisée. Paris: Armand Colin, 2007.
- MARTUCELLI, D; SINGLY, F. La sociologie de l'individu. Paris: Armand Colin, 2012.
- MUCCHIELLI, L. La découverte du social: naissance de la sociologie en France. Paris: La Découverte, 2001.
- PETERS, B. The sociology of individuals. Sociological Inquiry, v. 86, n. 2, 2016. SELL, C. E.; PAULA, P. H. A dicotomia indivíduo-sociedade na teoria social contemporânea. Revista Brasileira de Sociologia, v. 4, n. 8, p. 5–22, 2016.
- VALÉRY, P. Cahiers. Paris: Gallimard, 1973. Traduzido por Campos, A. In: Paul Válerly: A serpente e o pensar. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VANDENBERGHE, F. Sociologie existentielle. Paris: La Découverte, 2001.